

A Atualidade da Questão Nacional

Aldo Rebelo
Luis Antonio Paulino

Como citar: REBELO, A.; PAULINO, L. A. A Atualidade da Questão Nacional.
In : SALA, J. B.; GASPAROTO, A. L. (org.). **Relações internacionais:**
polaridades e novos/velhos temas emergentes. Marília: Oficina Universitária,
2010. p.1-12. DOI: <https://doi.org/10.36311/2010.978-85-60810-21-5.p1-12>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

A ATUALIDADE DA QUESTÃO NACIONAL

Aldo Rebelo¹
Luis Antonio Paulino²

INTRODUÇÃO

As profundas transformações pelas quais o mundo passou no último quartel do século XX e nesta primeira década do século XXI levaram a que muitos conceitos que utilizamos para explicar e compreender a evolução e a organização da sociedade humana fossem questionados. É como se o modelo teórico e mental que até então utilizávamos para compreender o mundo não desse mais conta de explicar a nova realidade mundial. Seria, assim, necessário encontrar uma nova referência teórica, no sentido atribuído por Thomas Kuhn, ou seja, não apenas um novo modelo

¹ Aldo Rebelo é jornalista, deputado federal (PCdoB/SP). Foi presidente da Câmara dos Deputados (2005/2007), Ministro da Coordenação Política e Assuntos Institucionais da Presidência da República (2004/2005), líder do governo na Câmara (2003/2004) e presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (2002/2003).

² Luís Antonio Paulino é professor de economia na Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp – campus de Marília. Foi assessor especial do Ministro da Fazenda (2003) e secretário-adjunto da Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais da Presidência da República (2004/2005). É membro do Conselho Superior de Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP)

explicativo das relações de causalidade que explicam as transformações sociais, mas a própria redefinição de que fatos e questões seriam dignos de atenção e análise por parte da ciência social.

Não é necessário muito esforço de pesquisa para constatar que o conceito de globalização transformou-se na idéia chave para explicar, à esquerda e à direita, essa nova dinâmica e orientar todos os programas de pesquisa. Basta ver o número de livros, artigos, congressos e seminários dedicados ao tema. O conceito de nação e nacionalismo, por seu turno, foi praticamente varrido dos programas de estudo e pesquisa, a não ser quando o objetivo fosse o de identificar aqueles que orientam seu pensamento por essas categorias de análise como remanescentes empedernidos de um passado que, na visão de alguns, já não se mediria em anos, mas em séculos.

Evidentemente não concordamos com tal visão e consideramos que os conceitos de nação e nacionalismo, apesar de estarem em baixa entre uma parcela expressiva da comunidade acadêmica e das lideranças políticas, são conceitos que orientam a ação prática dos governos em todo o mundo nos dias de hoje. Uma breve análise da crise de 2008 e das medidas tomadas pelos diversos países com o propósito de esconjurar seus efeitos sobre as suas respectivas economias nacionais evidencia que o critério fundamental para a tomada de decisões políticas e econômicas foi o interesse nacional, particularmente por aqueles que são os maiores beneficiários das benesses políticas e econômicas geradas por esse processo de aprofundamento da internacionalização da economia mundial.

Reconhecemos, assim, de antemão, o enorme desafio que é o remar contra a corrente, cientes da advertência de Gabriel Garcia Márquez (2009), para quem *“que hay una fuerza perniciosa y profunda que se siembra en el corazón de los hombres y que no es posible derrotar a bala: la colonización mental”*. Consideramos, entretanto, relevante e necessário enfrentar esse debate.

A QUESTÃO NACIONAL EM PERSPECTIVA TEÓRICA

Em ensaio denominado *“A centralidade da questão nacional na construção do socialismo brasileiro”* o professor Luís Fernandes (2009) chama atenção para dois elementos que a nosso ver deveriam orientar a análise do tema. O primeiro é a falsa dicotomia entre a questão de classe e a questão nacional. O segundo, o conteúdo nacional da luta antiimperialista.

Ao tratar da primeira questão, Fernandes afirma que essa falsa dicotomia tem origem na subestimação ou negação da luta antiimperialista em setores de esquerda influenciados por concepções trotskistas e conclui que:

Trata-se de uma falsa contraposição porque, na verdade, Marx nunca opôs a questão nacional à de classe. Sua grande contribuição nesse terreno – uma das maiores que legou para o pensamento social – é, precisamente, a interpretação de classe da questão nacional, que é completamente diferente. Basta ler mais atentamente ou lembrar a densa narrativa histórica na abertura do Manifesto do Partido Comunista. Normalmente, a leitura dessas passagens destaca apenas a temática da formação do mercado mundial. Mas, Marx aponta, de igual modo, como uma das dimensões da “dialética da modernidade” capitalista a formação de Estados nacionais unificados, advindos do novo equilíbrio de classes gerado na sociedade européia sob o impacto dos novos fluxos globais de comércio e riqueza nacional. (FERNANDES, 2009, p. 25).

Ao tratar do segundo elemento, o autor chama atenção para as reflexões de Lênin sobre as conseqüências do advento do imperialismo e demonstra como suas formulações a respeito do tema possibilitaram ao campo socialista tornar-se o principal baluarte de apoio aos processos de descolonização no século XX. Segundo o autor,

Em suas formulações, Lênin indicava que, no contexto da etapa do desenvolvimento do capitalismo que ele batizou de imperialismo, o movimento revolucionário mundial teria se desdobrado em duas correntes. A primeira é a do movimento operário clássico, oriundo dos grandes movimentos reivindicatórios que marcaram o início do capitalismo no século XIX, ocorridas no leito da contradição entre capital e trabalho. A segunda, a da luta pela emancipação nacional das colônias, semi-colônias e países capitalistas dependentes, que passou a adquirir importância central no enfrentamento com o imperialismo. (FERNANDES, 2009, p.25).

É um erro teórico e, sobretudo, político dissociar a questão nacional da luta de emancipação dos povos do jugo do capitalismo, pois para os povos dos países subdesenvolvidos a luta pela emancipação da dominação de classe passa necessariamente pelo emancipação da dominação imperialista e essa última tem na questão nacional um de seus elos centrais. A tal respeito vale lembrar o que escreveu o jurista brasileiro Pontes de Miranda, no início do século passado, quando, em seus comentários sobre

a revisão da Constituição brasileira de 1981 em resposta à pergunta por ele próprio formulada de se “*devemos ser nacionalistas?*”, afirmou o que segue:

O socialismo dos proletários dos povos explorados pode ser universalista e não-patriótico; mas o dos povos explorados tem de atender ao duplo problema: o da submissão do trabalho ao capital e do corpo social aos outros corpos sociais. Portanto, seria errôneo não associar ao movimento trabalhista de tais países o cuidado e o interesse pelos assuntos nacionais, pelo que poderíamos denominar de socialismo dos povos. Enquanto existir a opressão econômica e política entre Estados, entre nações, o socialismo dos oprimidos tem de ser nacionalista. (MIRANDA, 1981, p.12).

Outro grande pensador da questão nacional no Brasil foi o filósofo Álvaro Vieira Pinto, autor de importantes ensaios e obras sobre o tema. No ensaio “*Ideologia e Desenvolvimento Nacional*”, Vieira Pinto destaca alguns aspectos de extrema relevância para o propósito deste ensaio, ou seja, a importância do conceito de nação e uma ideologia nacional como condição para o desenvolvimento.

Segundo Vieira Pinto (2006), toda mutação de cena, todo avanço histórico, é necessariamente produto das idéias que a cada instante do tempo são possuídas por um grupo social, e por isso mesmo inspiram algum projeto futuro. O poder de transformação desse projeto futuro, entretanto, está diretamente relacionado com o grau de coesão social existente em torno do mesmo. Nas suas palavras, desenvolvimento nacional é um processo e não podemos compreendê-lo como um movimento histórico casual, indeterminado, imprevisto, desordenado, sem legalidade interna. Para ele o conceito de desenvolvimento com processo obriga-nos a pensá-lo sob a espécie de unidade, ou seja, um projeto nacional. Ainda segundo Vieira Pinto, isso quer dizer que não nos é lícito permanecer na mera constatação empírica das fases sucessivas do crescimento, pois só podemos interpretá-lo como processo se descobrimos a unidade que nele se espelha, unidade dinâmica, ou seja, concatenação de fatos segundo uma idéia unificadora, multiplicidade de situações interiormente relacionadas, ou seja, não é possível preparar uma ação construtiva sem subordiná-la a um estrito critério de unidade.

Tal unidade, segundo o autor, só se pode realizar pela soma de decisões voluntárias convergentes, ou seja, a unidade passa a depender de

uma resolução individual a qual é determinada pela idéia presente na consciência de cada homem. Nessa perspectiva, a possibilidade da construção de um projeto nacional e superação da antinomia democrática, ou seja, da adesão voluntária de cada cidadão ao projeto geral depende fundamentalmente da presença de idéias e do grau de clareza das consciências, dado que, necessariamente o indivíduo passará pois a agir em função da idéia que o habita.

Na medida, porém, em que essa idéia se opuser à idéia unificadora, segundo a qual é concebido um plano de desenvolvimento, ou dela simplesmente divergir, tornar-se-á um foco de resistência. Para Vieira Pinto (2006), para que a resistência seja reduzida é necessário que na consciência individual se instale uma nova representação que, por hipótese, contém a imagem justa da realidade nacional daquele instante, e, portanto, permite a concepção do plano de desenvolvimento que os grupos sociais dirigentes pretendem realizar.

Como, porém, não há violência capaz de forçar a substituição de uma idéia por outra, só se chegará a conseguir essa substituição se a idéia que deve presidir aos processos de desenvolvimento for tal que, por si mesma, pelos seus caracteres lógicos, pela sua clareza, exatidão e força sugestiva, uma vez apresentada à apreciação individual, penetre na consciência de cada cidadão, dos que dirigem e dos que executam e passe a comandar sua ação, ou seja, para que se torne possível, e depois real, a unidade imprescindível ao rendimento ótimo do processo nacional, é necessário que aquilo que em cada consciência privada é uma idéia seja socialmente uma *ideologia*.

A noção de desenvolvimento nacional, como processo orgânico, postula, assim, segundo Vieira Pinto (2006), uma idéia diretora, aquela à luz da qual o processo é compreendido e interpretado e apenas quando subordinamos os fatos e o seu desenrolar a uma interpretação que, em última análise, decorre de um projeto, é que lhes damos consistência histórica. A idéia de um projeto nacional é para ele um poderoso antídoto à colonização ideológica que mencionamos no início deste ensaio, uma vez que, segundo ele, o representar-se a si próprio como objeto, sabendo que tem em outro o seu sujeito, é a essência mesma do ser colonial.

Portanto, o projeto de desenvolvimento só pode receber uma execução coerente quando submetido a idéias e categorias reguladoras. Daí advém sua tese central: sem uma ideologia do desenvolvimento não há desenvolvimento nacional, pois desde o momento em que reconhecemos no crescimento nacional a existência de um processo histórico, a sua associação a um conteúdo ideológico é imediata, pois todo processo histórico supõe uma idéia segundo o qual é compreendido, e, portanto, exige uma consciência na qual essa idéia é idéia. Não há, pois, ato progressivo algum que não postule uma idéia ou, afinal de contas, uma teoria.

Para Vieira Pinto (2006) duas situações distintas podem ocorrer na etapa em que se ache certa comunidade nacional: ou as idéias diretrizes não estão articuladas em uma concatenação sistemática, mas se projetam em forma independente, ao sabor das iniciativas particulares desvinculadas e, neste caso o desenvolvimento do conjunto assume um aspecto multiforme, caótico e imprevisível, ou a incentiva criadora aceita um planejamento orgânico prévio, e se constitui em um conjunto regido por uma concepção diretriz.

Somente neste último caso, segundo o autor, é possível falar-se de processo. Desse modo, só é possível conceber o desenvolvimento nacional como processo à luz de uma teoria interpretativa da realidade brasileira assim como só é possível projetar as etapas futuras do desenvolvimento se nos valermos dos conceitos gerais dessa interpretação. É imprescindível, portanto, uma ideologia do desenvolvimento nacional.

Contudo, uma ideologia é, para o autor, apenas o aspecto social daquilo que, no indivíduo, é a consciência de uma idéia e daí se deduz sua segunda tese: a ideologia do desenvolvimento tem que necessariamente ser um fenômeno de massa. Para ele, A idéia de que o processo de desenvolvimento depende da ação de grandes individualidades é apenas um devaneio romântico, vagamente ilustrado pela biografia romanceada de alguns grandes pioneiros.

Uma ideologia do desenvolvimento nacional só revela plena eficácia quando o seu sustentáculo social reside na consciência das camadas populares. Daí sua terceira tese: o processo de desenvolvimento é função da consciência das massas. Possuir uma idéia, diz Vieira Pinto, é privilégio de uma consciência. A constituição de uma ideologia é, portanto, um

acontecimento social que depende estritamente do número de indivíduos em cuja consciência se instale a idéia.

O processo de desenvolvimento está, pois, em função direta do esclarecimento da consciência popular, ou seja, tem uma velocidade proporcional ao número de indivíduos nos quais se efetua a transmutação qualitativa que os conduz do estado de consciência privada ao de consciência pública.

A quarta tese, decorrente da anterior, é, portanto, que uma ideologia do desenvolvimento tem que proceder da consciência das massas. O que compete aos sociólogos, na ordem teórica, e aos políticos, na ordem prática, é fazerem-se arautos dessa verdade, recolhe-la nas suas legítimas origens e interpretá-la com o auxílio do instrumento lógico-categorial que devem possuir, sem distorcê-la, sem violentá-la, sem mistificá-la, pois um problema só existe, só tem sentido em função de um projeto anterior em um contexto lógico que o interpreta como tal, ou seja, só é problema em um sistema de idéias, que suscita, que serve para reconhecê-lo e dar-lhe possível solução.

Desse modo, a categoria de unidade, que é uma das condições inerentes à noção lógica de processo projeta-se no domínio da ação como diretriz empírica determinando a seguinte regra na promoção dos planos de desenvolvimento: o processo nacional é um todo orgânico, o seu movimento é um só. Isso significa, para Vieira Pinto (2006), que por mais especializados que sejam os setores em que se situam os problemas, estes não podem ter soluções à parte. Todos os problemas são na realidade um só: o problema do nosso desenvolvimento, e, deste ponto de vista, é preciso conceber cada solução particular em função de um projeto geral.

Uma elite, na visão do autor, só pode ser autêntica se constituída por aqueles que forem os primeiros a compreender a nova consciência nacional. Desse modo, afirma Vieira Pinto (2006), não é mais no sentido da cultura refinada, do falso humanismo de tipo classicista, do beletismo improdutivo, que podemos falar de elites. Do fato de que ideologia implica a representação clara na consciência das massas podemos, segundo o autor, tirar esta conclusão: só estarão credenciados para promover o desenvolvimento nacional aqueles que forem escolhidos pelas massas ou, noutras palavras, não pode haver solução política para os problemas brasileiros fora do voto popular.

Significa que devem ser feitos todos os esforços para que as divergências em relação aos problemas nacionais sejam canalizados para as urnas e decididas pelo voto. A análise ideológica do processo de desenvolvimento elimina, por conseguinte, toda possibilidade de apoio a personalidades carismáticas, a salvadores iluminados por graças transcendentais ou parametrados por virtudes mais em grau heróico. É da consciência coletiva que devem emergir os promotores do desenvolvimento.

A essa altura, o autor pergunta, como se poderá promover o progresso da ideologia na consciência nacional, de que modo se difunde, por que meios é possível favorecer essa difusão. Enunciar esta questão, para ele, é simplesmente formular o problema da educação das massas. A ideologia do desenvolvimento não é simplesmente uma doação feita às massas populares, para que cada um absorva na medida da sua capacidade; ao contrário, é uma transmutação que se opera na intimidade do homem e de que resulta uma clarificação conceitual do seu “status” social e evolução histórica. Daí Vieira Pinto (2006) conclui que é necessário imprimir um novo rumo à nossa educação a fim de orientá-la, sem compromisso com qualquer credo político, no sentido da ideologia do desenvolvimento econômico e social. Uma teoria da educação deveria surgir, afirma ele, cuja tarefa inicial seria a de definir que tipo de homem se deseja para promover o desenvolvimento do país.

A reforma a fazer, dizia ele, terá de ser profunda. Consistirá, antes de tudo, em substituir os quadros educacionais inspirados por um humanismo hoje sem sentido, por outros que, ao contrário do que muitos pensam, não serão anti-humanistas, e muito menos anti-humanos, mas simplesmente representativos de uma nova concepção de humanismo.

Deveria ser abandonada a preocupação de formar doutores e exegetas em coisas mortas, para que se possa constituir o humanismo do nosso tempo que prezará fundamentalmente o conhecimento das ciências da cultura e da natureza, a posse de técnicas de exploração fecunda da realidade nacional e as artes que exprimam o sentido original do homem brasileiro. A educação apresenta-se, assim, para Vieira Pinto, como um aspecto essencial da teoria do desenvolvimento.

A QUESTÃO NACIONAL NA ATUALIDADE

Dentre os eventos que marcaram profundamente o final do século XX, certamente a queda da União Soviética e o fim da Guerra Fria foram os mais importantes pela influência que tiveram sobre a reorganização do sistema mundial de poder. EUA e URSS, tais como pólos de um imã, galvanizavam em torno de si vastas áreas do globo, deixando pouco espaço para a ação independente dos demais países. Qualquer tipo de iniciativa que fosse entendida por uma das superpotências como enfraquecimento relativo de sua área de influência era imediatamente contestada nos terrenos econômico, político e mesmo militar.

O mundo vivia em um equilíbrio tão instável e precário que qualquer atitude independente, até mesmo do mais insignificante dos atores na cena global, poderia inclinar o prato da balança para um dos lados. Valia a retórica, recentemente retomada pelo ex-presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, a propósito da guerra contra o que os americanos entendem por terrorismo, ou seja: quem não está comigo, está contra mim.

Nesse quadro global extremamente polarizado e sob pressão tão desproporcional de uma força externa, a idéia de projeto nacional estava tão sujeita a condicionantes externos que só com muita sorte algum país poderia buscar seus próprios interesses de forma independente sem ver seu caminho totalmente condicionado pelos interesses das duas superpotências.

É muito comum quando se debate a trajetória dos países em desenvolvimento nos anos 1970, se contrapor o exemplo vitorioso do Japão e dos chamados Tigres Asiáticos em seu esforço de industrialização ao suposto fracasso das políticas de substituição de importações adotadas pelos países da América do Sul e pelo Brasil em particular. Tudo é apresentado como se o sucesso de uns e o fracasso de outros se devesse exclusivamente às políticas macroeconômicas e microeconômicas adotadas por cada país.

Trata-se, evidentemente, de uma meia-verdade. E aqui vale a afirmação de Matus (2005), segundo o qual “os grandes erros na interação entre os homens não acontecem porque um triângulo tenha dez centímetros a mais ou a menos, mas porque confundimos um triângulo com uma pirâmide”, ou seja, a questão central subjacente ao suposto sucesso ou fracasso daquelas políticas, muito semelhantes entre si, não está relacionada

à competência na sua formulação e implantação, mas aos condicionantes externos decorrentes da Guerra Fria, que permitiram aos países asiáticos tomarem medidas protecionistas com o propósito de superar seu atraso industrial sem serem incomodados pelos Estados Unidos, pois era importante criar uma área capitalista próspera no Leste da Ásia para conter a expansão da área de influência soviética e chinesa. O mesmo vale para a recuperação da Europa após a II Guerra com a ajuda do Plano Marshall. Como na América Latina a ameaça soviética era menos plausível, não houve nem plano Marshall e nem tampouco qualquer tolerância com políticas desenvolvimentistas que contrariassem os interesses das empresas norte-americanas.

Com o fim da União Soviética, o peso desses condicionantes externos ficou menos evidente, embora não tenha deixado de se fazer presente. Embora a conseqüência mais destacada seja a vitória final dos americanos e a emergência de um mundo unipolar, o fato mais importante talvez não tenha sido a vitória de um dos lados, mas o fim de um jogo no qual o equilíbrio precário do sistema decorrente do choque de interesses de cada uma das superpotências não deixava espaço para qualquer tipo de ação independente. Enquanto o jogo estava em curso não havia espaço para neutralidade. Com o fim do jogo, aumentaram os graus de liberdade no sistema. E se isso é verdade para o espaço de influência na ex-URSS, o é ainda mais para o espaço de influência dos Estados Unidos.

Enquanto a ameaça soviética subsistia, o mundo capitalista em geral aceitava de bom grado a tutela norte-americana, que era vista como algo de seu próprio interesse, ou seja, havia dominação com hegemonia. Com o desaparecimento da suposta ameaça comunista esta hegemonia desapareceu e restou apenas a dominação e suas conseqüências.

Diante desse novo quadro, os países fizeram suas respectivas leituras da nova situação mundial. A União Européia, e particularmente a França e a Alemanha, já não tão preocupadas com a presença de um inimigo poderoso em sua vizinhança, trataram de redefinir sua relação com os Estados Unidos em novos termos, muito diferentes do alinhamento automático com as posições norte-americanas que vigeram entre o fim da II Guerra e a queda do muro de Berlim. A China e a Índia também fizeram suas leituras e passaram a tratar os problemas da Ásia como seus e não dos Estados Unidos. Na América Latina, entretanto, as conseqüências foram paradoxais. Primeiro,

diante do desaparecimento da ameaça soviética, a importância relativa da América Latina para os Estados Unidos diminuiu ainda mais. Segundo, as classes dominantes da região, ao invés de verem nisso a oportunidade de ocuparem um espaço que os interesses norte-americanos na região antes lhes interditavam, desenvolveram uma espécie de “síndrome de Estocolmo”, processo psicológico que se desenvolve a partir de tentativas da vítima de se identificar com seu captor ou de conquistar a sua simpatia, e adotaram o ideário neoliberal materializado no chamado “Consenso de Washington” como forma de manter-se atreladas aos Estados Unidos.

Com a aceitação acrítica das diretrizes do “Consenso de Washington”, os países da região abriram mão dos instrumentos de política comercial, industrial e tecnológica utilizada intensamente por todos os países hoje desenvolvidos e aceitaram passivamente o jogo imposto pelos países desenvolvidos de “chutar a escada”. Os acordos sobre patentes (TRIPs) e investimentos (TRIMs) assinados alegremente no âmbito da OMC revelam a renúncia explícita a lutar por um projeto nacional de desenvolvimento e ver-se apenas como parte de uma economia global sobre a qual não haveria qualquer possibilidade de interferência.

É como se a integração passiva do país à divisão internacional do trabalho imposta pela lógica do capitalismo globalizado fosse, por si mesma, capaz de garantir as condições necessárias para o desenvolvimento equilibrado da sociedade, seja no plano político, seja no plano social. Democracia de mercado seria, assim, sinônimo de democracia política e democracia social.

Trata-se, contudo, de um equívoco estabelecer essas identidades, uma vez que a eficiência no uso dos recursos internacionais, seja o trabalho, o capital ou os recursos naturais, promovida pela divisão internacional do trabalho com base na lógica do capital globalizado não garante que os benefícios decorrentes do uso mais eficiente de tais recursos com base nas vantagens comparativas estáticas de cada país se distribua igualmente entre todos os participantes do sistema produtivo mundial.

Ao contrário, o que se vê é exatamente o oposto. Os países que nessa divisão se especializam na produção de bens cuja demanda no mercado mundial é mais dinâmica acabam por capturar todos os benefícios de uma suposto divisão global do trabalho mais eficiente.

Conclui-se daí que a democracia de mercado não garante a democracia política ou social, pois para que essas duas últimas existam é preciso que haja um equilíbrio social que a primeira não garante por si mesma.

Um país só terá condições efetivas de garantir sua democracia política e social se for capaz de participar de forma equilibrada na divisão internacional do trabalho e está última só pode alcançada por meio de um projeto de desenvolvimento nacional.

Imaginar assim que seja possível a qualquer país garantir democracia política e equilíbrio social a partir de uma posição nacional enfraquecida é o mesmo que pedir a alguém que corra com os pés atados. O que decide se o país vai se desenvolver ou não, vai ter estabilidade ou democracia é a questão nacional. E mesmo questões hoje tratadas como questões puramente sociais, como saúde e educação, são, antes de tudo, questões nacionais. Particularmente no caso da educação, é preciso considerar que além de direito inalienável do indivíduo, pois caminho único para emancipar-se das trevas da ignorância, a educação é a base para qualquer projeto de desenvolvimento nacional independente.

REFERÊNCIAS

- FERNANDES, L. A centralidade da questão nacional na construção do socialismo brasileiro. In: MONTEIRO A. (Org.). *Seminário: desvendar o Brasil, suas singularidades e potencialidades*. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, 2009.
- MARQUEZ, G. G. *Operacion Carlota*. 2009. Cap. 4. Disponível em: <<http://www.embacubalebanon.com/interes150109s.html>>. Acesso em: 20 jan. 2009.
- MIRANDA, P. Preliminares para a revisão constitucional. In: CARDOSO, V. L. *À margem da história da República*. Tomo II. Brasília: Câmara dos Deputados; Editora Universidade de Brasília, 1981. (Biblioteca do Pensamento Republicano)
- MATUS, C. *Teoria do jogo social*. São Paulo: Fundap, 2005.
- PINTO, Á. V. Ideologia e desenvolvimento nacional. In: MANTUEAL, O.; VENTAPANE, J.; FREIXO, A. *O Brasil de João Goulart: um projeto de nação*. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Contraponto, 2006.
- REBELO, A. O Brasil, seu povo, sua cultura e sua identidade. In: MONTEIRO A. (Org.). *Seminário: desvendar o Brasil, suas singularidades e potencialidades*. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, 2009.